



SEGURANÇA SOCIAL
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

WORKSHOP SOBRE SEGURANÇA SOCIAL, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

O Papel da Segurança Social na Protecção dos Trabalhadores Migrantes

Luis FROTA

Especialista em Protecção Social, Organização Internacional do Trabalho

Luanda, 2 de Abril



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

SUMÁRIO

1. Restrições aos direitos de Segurança Social dos trabalhadores Migrantes
2. Normas Gerais e específicas da OIT relativas à Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes
3. Opções: instrumentos bilaterais e multilaterais e medidas unilaterais
4. Protecção dos Trabalhadores irregulares

Restrições dos direitos à segurança social dos trabalhadores migrantes

➤ ***Princípio da territorialidade***

- âmbito de aplicação da legislação de segurança social limitada ao território do país onde foi decretada
- um corolário da soberania nacional e da responsabilidade do estado para as pessoas que vivem dentro das suas fronteiras
- Legalmente e tecnicamente impossível fazer cumprir a legislação fora do país

➤ ***Princípio da nacionalidade***

- Os direitos às prestações sociais estão limitados aos nacionais de um país
- Exclusão dos trabalhadores estrangeiros dos sistemas e direitos no país de acolhimento
- ou restrições à exportação de benefícios no exterior

➤ **Falta de coordenação da segurança social através de acordos bilaterais/multilaterais**

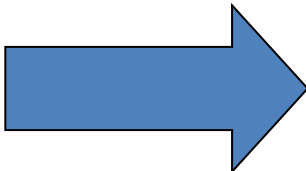
- não garante a manutenção de direitos à segurança social dos trabalhadores migrantes ou direitos em curso de aquisição
- difícil para os trabalhadores migrantes se qualificarem a receber benefícios em qualquer país

Portanto, na ausência de protecção internacional, os trabalhadores migrantes...

- Sofrem de discriminação na segurança social
- Podem encontrar condições restritivas no país de acolhimento para a cobertura pelo sistema nacional de segurança social
- Correm o risco de perder o direito às prestações de segurança social de que beneficiam no seu país de origem
- Correm o risco de perder o direito às prestações de segurança social que acumularam durante a sua estadia nos países de acolhimento, ao retornar ao seu país de origem..

... e são particularmente vulneráveis face aos "riscos" ou contingências da vida.

A Questão não é nova, mas crítica e urgente...

- A expansão da globalização e o crescente fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais
- 
- Leva a novas formas de relações que exigem políticas sociais e económicas correspondentes

... e especialmente em tempos de crise

Como outros trabalhadores, os trabalhadores migrantes que ficam desempregados ou que sofrem uma perda de rendimento, necessitam de protecção da segurança social – apoio ao rendimento e prestações em espécie

Recente um estudo da OIT demonstra que, na ausência de coordenação da segurança social, os migrantes regulares, abrangidos pela segurança social muitas vezes escolhem permanecer nos países de acolhimento, apesar da deterioração das condições de mercado de trabalho, a fim de preservar os benefícios da segurança social vigentes, porque podem perder os seus direitos se partirem*.

Esses migrantes que ficam desempregados e optam por retornar aos seus países de origem, precisam de garantias que os seus direitos e prerrogativas vão segui-los.*

Fonte: AWAD, I. "a crise económica global e trabalhadores migrantes: impacto e resposta, ILO, Genebra, 2009

Normas da OIT relevantes para a protecção dos direitos de segurança social dos trabalhadores migrantes

➤ **Geral**

- *A Convenção de Segurança Social (normas mínimas), 1952 (n.º 102) = 45 ratificações*
- *Normas mais atualizadas (C.121, C.128, v. 130, C.168, C.183)*

➤ **Principais características**

- *Definição do âmbito de aplicação pessoal da cobertura, independentemente da nacionalidade*
- ***Igualdade de tratamento** dos residentes não-nacionais: mesmos direitos de segurança social que os nacionais (por exemplo, a Convenção n.º 102, parte XII)*

Normas específicas da OIT para a protecção dos direitos de segurança social dos trabalhadores migrantes

A Convenção de Igualdade de Tratamento (compensação do acidente), 1925 (n.º 19) = 120 ratificações

- ***Características chave***

- *Igualdade de tratamento para a compensação do acidente industrial, sem qualquer condição de residência*
- *Estados-Membros que ratificam devem conceder o mesmo tratamento aos nacionais de qualquer outro Estado que ratificou e aos seus dependentes do que aos seus nacionais*
- *Não obrigação de pagamento dos benefícios no estrangeiro para trabalhadores estrangeiros, a menos que a mesma disposição exista para os trabalhadores nacionais*
- *Directamente aplicáveis sem a celebração de acordos bilaterais*
- *Obrigação de assistência mútua para aplicação de Convenção, entre Estados que ratificaram*

Normas específicas da OIT para a protecção dos direitos de segurança social dos trabalhadores migrantes

A Convenção de Igualdade de Tratamento (Segurança Social), 1962 (n.º 118) = 38 ratificações

- ***Principais características***

- **Igualdade de tratamento:** abrange nove ramos da segurança; para cada um aceite ao abrigo da Convenção, um estado compromete-se a conceder igualdade de tratamento aos nacionais de outros Estados (e seus dependentes) no seu território (incluindo refugiados e apátridas, se especificamente aceites)
- Aplica-se a concessão das prestações sociais, durante os períodos de trabalho no estrangeiro se tal disposição existe para os nacionais
- Aplica-se a qualquer tipo de regime de segurança social em vigor (incl. fundos de previdência e regimes de responsabilidade do empregador)
- Pagamento de benefícios de longo prazo e de riscos ocupacionais no estrangeiro quando especificamente aceites pelo Estado que ratificou
- Manutenção dos direitos adquiridos a benefícios de curto prazo e a manutenção dos direitos em curso de aquisição a benefícios de curto e longo prazo: Os Estados devem realizar esforços para concluir os acordos bilaterais ou multilaterais

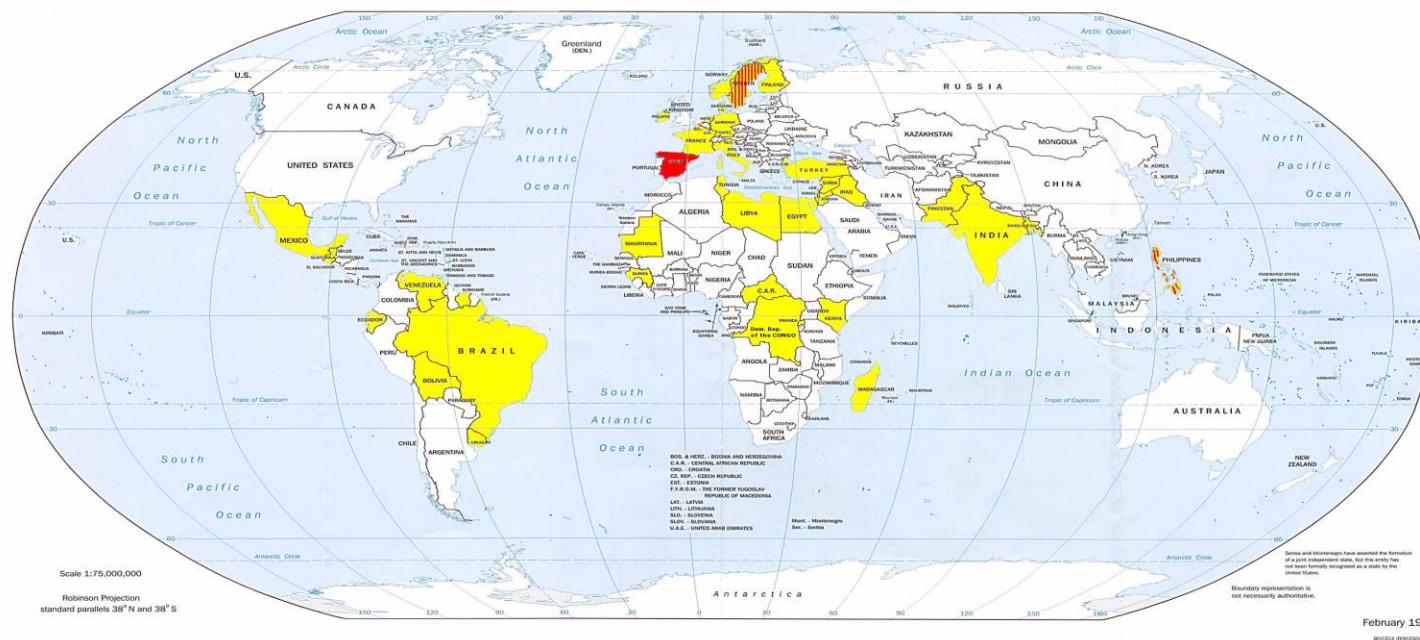
Normas específicas da OIT para a proteção dos direitos de segurança social dos trabalhadores migrantes

A manutenção de direitos Convenção da Segurança Social, 1982 (n.º 157) = 3 ratificações

Características chave

- **Manutenção dos direitos adquiridos no exterior**
- Cobre as nove contingências: obrigação direta em manter os benefícios de longo prazo e inerentes aos riscos profissionais para os nacionais de todos os outros Estados que ratificam e aos seus próprios nacionais, refugiados e apátridas, independentemente do seu local de residência
- As prestações sociais devem ser previstos na legislação nacional, mas independentemente se eles existem na legislação de outros Estados que ratificam
- Estabelece as regras para a determinação da legislação aplicável
- Os Estados-Membros que ratificam devem esforçar-se ao concluir acordos para a manutenção dos direitos adquiridos nos benefícios de curto prazo existentes na legislação nacional e os direitos em processo de aquisição

Mapa e lista de ratificações



C.118 (37 ratificações)

Bangladesh, Barbados, Bolívia, Brasil, Cabo Verde, República Centro-Africana, RD do Congo, Dinamarca, Equador, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Guatemala, Guiné, Índia, Iraque, Irlanda, Israel, Itália, Jordânia, Quênia, Líbia, Madagascar, Mauritânia, México, Holanda (denunciado), Noruega, Paquistão, Filipinas, Ruanda, Suriname, Suécia, República Árabe da Síria, Tunísia, Turquia, Uruguai, Venezuela

C.157 (4 ratificações)

Quirguistão, Filipinas, Espanha, Suécia

Opções e Instrumentos

- **Coordenação dos direitos da segurança social dos trabalhadores migrantes por:**
 - *acordos bilaterais*
 - *acordos multilaterais*
- **Protecção dos direitos de segurança social por medidas unilaterais**
- **Protecção unilateral pelos indivíduos (por exemplo, seguros privados)**

Princípios básicos das normas da OIT em termos de instrumentos bilaterais e multilaterais

1. Igualdade de tratamento entre nacionais e não-nacionais

Não nacionais devem ter as mesmas condições que os nacionais residentes em termos de cobertura e o direito às prestações sociais

2. Determinação de legislação aplicável

Protecção Social dos trabalhadores migrantes tem que ser governada por uma única lei para evitar benefícios duplos ou dupla obrigação de pagar contribuições para a segurança social. Devem estabelecer-se regras para o cálculo e pagamento das prestações sociais

Princípios básicos das normas da OIT em termos de instrumentos bilaterais e multilaterais

3. Manutenção dos direitos adquiridos e provisão de benefícios no exterior

Os direitos adquiridos nos outros países devem ser garantidos aos trabalhadores migrantes. Não deve haver nenhuma restrição sobre o pagamento das prestações, independentemente do local de residência do beneficiário (exportação de benefícios).

4. Manutenção dos direitos em curso de aquisição

O período de contribuição servido noutro país de aquisição deve ter em conta quando se considera o período de qualificação (princípio da agregação).

5. Reciprocidade e mútua assistência administrativa

Facilitação dos acordos administrativos através de organismos de ligação para assegurar uma coordenação suave.

Protecção através de acordos multilaterais de segurança social

- **União Europeia**
 - Regulamento 1408/71/CEE (1971)
 - Regulamento 859/2003/CE (2003)
 - acordos Europeia-Mediterrâneo (mais notavelmente, a declaração de Barcelona de 1995)
- **Comunidade Caribe e Mercado Comum (CARICOM)**
 - Acordo sobre Segurança Social (1997)
- **ASEAN**
 - Declaração Cebu sobre a protecção e promoção dos direitos dos trabalhadores migrantes (2007)
- **Comunidade Económica dos Estados África Ocidental (CEDEAO)**
 - Convenção sobre a Segurança Social (1993)
- **Comunidade econômica dos países dos grandes lagos (CEPGL)**
 - Convenção geral da Segurança Social (1978)
- **Comunidade da África Austral (SADC)**
 - Convenção não desenvolvida
- **Convenção da comunidade da África Oriental (EAC)**
 - preparação em discussão

Problemas em relação à conclusão e implementação dos acordos de segurança social

- **Os sistemas de segurança social dos migrantes de países de envio de mão de obra são insuficientemente desenvolvidos**
 - impedimento para a celebração de acordos bilaterais/multilaterais de base «recíproca»
- **Sistemas de Segurança Social dos países de envio de migrantes são diferentes dos de países receptores de migrantes**
 - por exemplo, utilização de sistemas de previdência por capitalização versus segurança social por repartição
- **Capacidade administrativa é insuficiente**
 - para garantir que as contribuições são pagas
 - para assegurar que as contribuições são remetidas de maneira eficiente
 - para verificar o respeito de todas as condições necessárias
 - para distribuir periodicamente os vários benefícios de segurança social durante anos

Proteger os direitos de segurança social através de medidas unilaterais

➤ ***País de emprego (país receptor de mão de obra)***

- Igualdade de tratamento
- Pagamento das prestações sociais no exterior
 - se impossível: reembolso de contribuições
- Creditar períodos de contribuição do seguro concluídos noutro país com a finalidade de permitir o acesso imediato às prestações sociais
- Supressão de longo períodos de qualificação em favor dos trabalhadores migrantes

Proteger os direitos de segurança social através de medidas unilaterais

➤ ***País de origem (país de exportação de trabalho)***

- Responsabilidade das agências de recrutamento pela segurança social (por exemplo, Indonésia e Filipinas)
- Seguro voluntário para os cidadãos que trabalham no estrangeiro (por exemplo, França, Jordânia, Filipinas)
 - permite remessas eletrónicas de contribuições
- Possibilidade de cobrir retroactivamente faltando os períodos de seguro
- Seguro médico para os familiares que são deixados atrás e para o aposentado que regressou ao país de origem
- Fundações de auxílio apoiadas pelo Estado

Boas práticas

➤ **Turquia**

- *Todos os trabalhadores migrantes na Turquia foram trazidos sob a cobertura obrigatória dos regimes de seguro estatutários (longo prazo) em conformidade com o n.º 1 do artigo 3.º da Convenção n.º 118.*

➤ **União Europeia**

- *Quadro jurídico da UE garante portabilidade dos direitos de segurança social aos cidadãos da UE e países terceiros (UE regulamentos 1408/71, 859/2003).*

➤ **União Europeia/Magrebe, países da União Europeia/Mediterrâneo**

- *Acordos de Associação pela UE com a Argélia, Marrocos e Tunísia, no âmbito da parceria europeia-Mediterrâneo contêm extensas disposições sobre a portabilidade dos benefícios de segurança social dos trabalhadores migrantes de países do Magrebe, que vivem e trabalham na União Europeia.*

Boas práticas

- **Normas de segurança social da OIT relevantes são silenciosas no que respeita à protecção dos trabalhadores migrantes irregulares**
- **Excepção:**
Artigo 9 (1) da Convenção da OIT dos trabalhadores migrantes (disposições de suplementar), 1975 (n.º 143), que estipula que os trabalhadores migrantes irregulares terão os mesmos direitos que os trabalhadores migrantes regulares relativamente aos direitos de segurança social decorrentes do emprego passado
- **Ratificações:** 23 (incluindo Albânia, Arménia, Bósnia e Herzegovina, Chipre, Itália, ex Jugoslava da Macedónia, Montenegro, Noruega, Portugal, San Marino, Sérvia, Eslovénia, Suécia)

Algumas das melhores práticas para a protecção dos direitos de segurança social dos trabalhadores migrantes irregulares

- ***Prestação de cuidados de saúde de emergência, por exemplo, Albânia, Bélgica, República Checa, Finlândia, França, México, Noruega e Espanha***
- ***Tratamento por médico privado em caso de urgência***
 - ***por exemplo, México, Suécia e Turquia***

Obrigado!